

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Passivos e provisões podem pesar na privatização da Eletrobras.....	2
Título: Destaques	4
Título: Disputa com Enel Goiás chega à Câmara	5
Título: Para especialistas, cassação vai gerar limbo regulatório.....	6
Título: Curta.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: ‘Não aceito que digam que não fizemos nada’, diz Terra.....	8
Título: » Acordo.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: A um mês do recesso, Congresso cria duas CPIs sobre desastres ambientais	10
VEÍCULO: O Globo.....	12
Título: Carvão em Moçambique.....	12
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	12
Título: Sustentabilidade do etanol.....	12

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 25/11/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Passivos e provisões podem pesar na privatização da Eletrobras**

O governo prevê arrecadar R\$ 16,2 bilhões com a privatização da Eletrobras no próximo ano, conforme proposta orçamentária para o próximo ano. A cifra é baseada em um cenário de venda bem-sucedida da maior companhia elétrica da América Latina, responsável por um terço do parque gerador brasileiro e quase metade de todo o sistema de transmissão do país. A empresa, porém, reúne um conjunto de antigos “esqueletos” que podem pesar na avaliação do preço da companhia pelo investidor, no processo de capitalização e privatização.

Entre os passivos, provisões e incertezas incluídas nas notas explicativas do resultado do terceiro trimestre da Eletrobras, divulgado neste mês, o “esqueleto” mais conhecido - e, talvez, o mais problemático - é o empréstimo compulsório sobre o consumo de energia feito no passado. Com o objetivo de gerar recursos para a expansão do setor elétrico, a arrecadação compulsória durou de 1977 até 1993. A empresa efetuou o pagamento dos créditos do empréstimo, porém existe um contencioso jurídico “expressivo”, nas palavras da Eletrobras, sobre a atualização monetária desses créditos.

A Eletrobras fez o pagamento de R\$ 6 bilhões referente a esses processos, nos últimos cinco anos, e registra provisão da ordem de R\$ 18 bilhões em seu balanço. Em 30 de setembro, a elétrica contabilizava 3.986 processos relativos ao tema provisionados. Há, segundo a elétrica, porém, a possibilidade de alteração de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em desfavor da companhia, o que pode gerar uma provisão adicional da ordem de R\$ 11 bilhões.

O caso ultrapassou as fronteiras do país e, em outubro, foi protocolada na Justiça dos Estados Unidos petição inicial pelo Eagle Equity Funds, LLC contra a Eletrobras por suposta omissão de passivos relacionados ao empréstimo compulsório. A estatal, porém, diz em nota explicativa que entende que as divulgações anteriores sobre o assunto “foram e permanecem precisas, diante das informações disponíveis em cada data de publicação”.

A Eletrobras acrescentou que as provisões que fez sobre suas demonstrações financeira relativas a essa questão são “razoáveis e apropriadas à luz das contingências futuras enfrentadas pela companhia”. Ela, contudo, lembra que “não há garantias quanto ao curso de processos judiciais em andamento e futuros e futuras decisões judiciais no Brasil ou no exterior”.

Outro impasse diz respeito à incerteza sobre a realização de créditos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) que estavam registrados no ativo das distribuidoras do grupo e foram repassados à holding no processo de privatização dessas empresas. A CCC é um encargo do setor elétrico cujos recursos são utilizados para a compra de combustível para operação de térmicas no Norte e Nordeste.

Segundo a Eletrobras, os créditos reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ainda são preliminares. Em tese, a estatal tem valores a receber. Existe, porém, uma parcela de “ineficiência”, cujo pagamento não é garantido. Sobre isso, a empresa totaliza uma provisão de R\$ 1,7 bilhão.

Outra conta complicada no balanço é o valor de R\$ 2,6 bilhões que a empresa tem a devolver ao fundo da Reserva Global de Reversão (RGR). A cifra é relativa a financiamentos devidos pela holding e suas controladas.

Senador Eduardo Braga apresentará emenda a projeto sobre venda da Eletrobras incluindo ‘golden share’ da União

Em entrevista coletiva sobre o resultado do terceiro trimestre, neste mês, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, afirmou que “o tema do empréstimo compulsório, sim, é um passivo da Eletrobras que vai continuar na Eletrobras privada. [Sobre] a RGR, existem condições que estão lá [no projeto de lei de privatização] especificadas, mas também ficam com a Eletrobras privada”.

Além dos passivos descritos no balanço, existem riscos envolvidos na tramitação do projeto de lei 5.877/2019 - sobre a desestatização da Eletrobras - no Congresso. O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), por exemplo, afirmou neste mês que pretende apresentar uma emenda ao texto propondo a inclusão de uma “golden share” para o governo.

O mecanismo é um tipo de ação especial que dá poder de veto ao governo em decisões sobre temas específicos. A inclusão da golden share, porém, não é bem recebida pelo mercado, que pode reduzir a precificação da Eletrobras.

No campo positivo, a Eletrobras também possui fatores que podem favorecer sua valorização na privatização. Entre eles, está a melhoria da gestão nos últimos anos, caracterizada pela venda das seis distribuidoras do grupo, responsáveis por prejuízos anuais acima de R\$ 1 bilhão, além da redução do nível de endividamento. Para se ter uma ideia, a alavancagem da empresa, medida pela relação dívida líquida/Ebitda, passou de 6,1 vezes, em dezembro de 2016, para 2,3 vezes, em setembro deste ano.

No âmbito jurídico, também conta positivamente para a Eletrobras recente decisão da Justiça Federal do Distrito Federal. Foram indeferidos todos os pedidos impetrados por entidades setoriais da indústria de não pagamento de indenizações às transmissoras por investimentos feitos e não amortizados em ativos antigos de transmissão. Com essa decisão, a estatal registrou, no resultado do terceiro trimestre, montante de cerca de R\$ 5,9 bilhões a receber a título de indenizações.

No entendimento do J.P. Morgan, a decisão judicial eleva a chance de um desfecho positivo para o impasse criado ainda na Medida Provisória 579/2012 - da renovação das concessões. O banco, porém, ressalta que há incerteza com relação à necessidade de recálculo desses valores pela Aneel e, nesse caso, quanto ao tempo que a agência levará para fazer isso.

Por último, outro fator que pode contribuir positivamente para a Eletrobras é o aumento de capital por subscrição privada, no valor de até R\$ 10 bilhões, com o objetivo de integralizar o montante de R\$ 4 bilhões da União, feito por meio de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (Afacs), realizados em 2016 e corrigidos pela Selic.

Segundo o presidente da Eletrobras, essa operação ajuda a “limpar” o balanço, tornando-o mais adequado para o plano de privatização da companhia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	25/11/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Greve dos petroleiros

Apesar da proibição pela Justiça do trabalho, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) decidiu manter para hoje paralisações parciais contra demissões de funcionários e a venda de ativos da Petrobras, além de um suposto descumprimento do acordo coletivo de trabalho pela companhia. Segundo os petroleiros, as mobilizações, que devem durar quatro dias, não vão prejudicar o abastecimento de combustíveis. Em nota, a FUP informou que a ação não fere a decisão do TST, que acatou pedido de liminar da estatal contra a greve, por entender, entre outras razões, que haveria risco para abastecimento nacional de combustíveis. Sem detalhar, a FUP disse que a “mobilização” não fere determinações legais. A FUP acusa a Petrobras de descumprir o Acordo Coletivo

de Trabalho, mediado pelo TST, fazer demissões e transferências de funcionários e incluir metas de segurança e saúde para pagamento de bônus e concessão. No nota, a FUP também acusa a Petrobras de “promover constantes aumentos no preço do combustível”. Assinada pelo ministro Ives Gandra, a decisão do TST fixa em R\$ 2 milhões por dia a multa por descumprimento da decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília

Título: Disputa com Enel Goiás chega à Câmara

As turbulências políticas enfrentadas pela Enel Distribuição Goiás (ex- Celg-D) chegaram à Câmara dos Deputados. Além de estar na mira da Assembleia Legislativa e do governo goiano, a empresa é objeto de um projeto de decreto legislativo (PDL 706/19) de autoria do deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) que visa “sustar” o contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado com a União.

A proposta de decreto legislativo cria um desafio adicional para a Enel Goiás. Frente à ameaça política no âmbito estadual, a empresa alega que a atribuição de assinar ou cassar o contrato de concessão é exclusiva da União - ou seja, da esfera federal. Essa tese seria atingida em cheio pelo decreto legislativo, analisado no âmbito federal. Questionada sobre a iniciativa do parlamentar goiano, a companhia informou que “considera infundada a proposta de sustação do contrato de concessão”.

Segundo o **Valor** apurou, a disputa política de Goiás não deve pautar as discussões do tema na Câmara Deputados, embora o governador Ronaldo Caiado seja do mesmo partido que o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Maia deve fazer uma leitura da questão de uma forma mais ampla, para além da necessidade de resolver os eventuais problemas vividos pela população de Goiás.

No Estado, porém, o ambiente é diferente. A ofensiva da Assembleia Legislativa conta com amplo apoio dos deputados estaduais, tanto da base de apoio quanto de oposição ao governador.

Mesmo com uma trajetória liberal na economia, o governador abraçou a bandeira de defesa dos consumidores do Estado e passou a apoiar o projeto da Assembleia Legislativa. Ainda na gestão de seu antecessor, Marconi Perillo (PSDB), Caiado já criticava a ideia de privatizar a companhia estadual, apontada

como patrimônio da população goiana. Com a privatização concretizada, adotou o discurso durante a corrida eleitoral da necessidade de se “abrir a caixa-preta” do processo para atacar o adversário. Procurado, Caiado não respondeu até o fechamento desta edição.

Para analistas de mercado ouvidos pelo **Valor**, a reestatização passaria uma mensagem negativa para os investidores que estudam oportunidades de aquisição de ativos de infraestrutura no Brasil. Segundo eles, uma decisão contra a empresa poderia prejudicar a imagem do programa de concessões do governo Jair Bolsonaro, além do plano de privatizações conduzido pelo secretário especial de desestatização, Salim Mattar, do Ministério da Economia.

Uma fonte que participou do processo argumenta que a privatização da distribuidora goiana foi resultado de uma complexa operação. Antes de ser assumida pelo Grupo Enel, a companhia foi federalizada. A Eletrobras assumiu o controle para elevar o padrão de governança corporativa. Órgãos centrais do governo - como BNDES, Ministério de Minas e Energia, Tesouro Nacional, Caixa e Tribunal de Contas da União (TCU) - se envolveram para avaliar e referendar o modelo de desestatização que tinha como principal desafio atrair um investidor disposto a assumir uma concessão sucateada e fortemente endividada.

Em paralelo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi criada em fevereiro. Ela investiga os motivos das queixas da população e do setor produtivo, especialmente do meio rural. O presidente da CPI, Henrique Arantes (MDB), e o relator, Cairo Salim (PROS), ameaçam indiciar executivos da Enel Goiás baseados em denúncias de fraude em medidores.

Procurada, a Enel Goiás classificou como “infundada” a acusação de fraude nos medidores da companhia, pois “realiza um processo transparente de inspeções periódicas nos medidores de energia dos clientes para assegurar a qualidade da medição”. Destacou que, “em caso de suspeita de falha, o equipamento do cliente é retirado para avaliação no laboratório da companhia, que é certificado pelo Inmetro”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 25/11/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Para especialistas, cassação vai gerar limbo regulatório

O projeto de decreto legislativo em discussão na Assembleia Legislativa de Goiás que prevê a sustação do contrato de concessão da Enel Distribuição Goiás foi criticado por autoridades e especialistas do setor elétrico ouvidos pelo **Valor**. Na

opinião deles, anular o contrato, além de ser inviável juridicamente, sem uma avaliação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), jogaria a distribuidora em um limbo regulatório para a prestação de serviço.

“Um projeto de lei para sustar um contrato de concessão não faz o menor sentido”, afirma o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Segundo ele, o contrato de concessão contém as obrigações e os direitos da distribuidora, com normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com incentivos regulatórios, tanto na forma de melhorar resultados financeiros quanto na maneira de evitar penalidades. “Uma decisão dessas colocaria a prestação de serviço de energia em um ambiente de caos”, completou.

Na mesma linha, o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, o professor Nivalde de Castro, afirmou que a medida é uma “manifestação de populismo político, sem sentido e sem efeito”. Ele afirma que o marco regulatório do setor elétrico determina o que a concessionária deve fazer, sob avaliação da Aneel.

Wagner Ferreira, assessor jurídico da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), explica que existe um arcabouço federal que rege sobre a concessão. O poder concedente, destaca ele, é a União Federal. E a autoridade legitimada para avaliar o cumprimento do contrato de concessão é a Aneel.

“Confiamos na prevalência do bom senso nas decisões privadas e públicas, do respeito às instituições e na estrutura administrativa, legal e judicial do Brasil, onde cada instituição possui um papel, limites e competências, de acordo com a Constituição e marco legal vigente” disse Ferreira.

Nesse sentido, em tese, a única forma de uma concessão ser cassada seria por meio de uma análise pela agência elétrica, seguida por uma recomendação de caducidade da concessão ao Ministério de Minas e Energia, órgão que representa o poder concedente. Outro caminho seria uma intervenção na concessão. A intervenção, no entanto, também precisa ser feita pela agência reguladora.

“A Aneel é a instituição que tem competência legal para qualquer providência a respeito da prestação de serviço de distribuição, geração e transmissão”, afirmou uma autoridade do setor elétrico, sob condição de anonimato.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 25/11/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curta

Pátria vende Argo Energia

A gestora Pátria Investimentos vendeu a Argo Energia para a companhia colombiana Grupo Energía Bogotá (GEB) em associação com a espanhola Red Eléctrica Internacional. O valor da transação, anunciada na sexta-feira, é de R\$ 3,5 bilhões pela integralidade das ações. O **Valor** informou em agosto que as duas companhias tinham feito proposta, em disputa com os fundos canadenses CDPQ e CPPIB. O GEB busca ampliar sua atuação no país e a Red Eléctrica está estreando no Brasil, apesar de já estar em outros países da América do Sul. Além das ações, as compradoras assumem também a dívida da companhia. A venda está sujeita às aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Criada pelo Pátria Investimentos em 2016 e tendo como acionistas fundos geridos pelo Pátria e a Temasek, a Argo é uma empresa de transmissão de energia. Desde a sua criação, instalou 1.460 km de circuito de alta tensão e 11 subestações, dos quais 1.150 quilômetros e 5 subestações já estão operacionais. A elétrica possui três concessões de transmissão no Ceará, Maranhão, Piauí, Minas Gerais e Rondônia, que somam receita contratada da ordem de R\$ 600 milhões. O GEB foi assessorado pelo Citi.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 25/11/2019**Seção:** Política**Autor:** a.f. e t.m. BRASÍLIA**Título:** 'Não aceito que digam que não fizemos nada', diz Terra

Governo lembra criação do 13º salário para o Bolsa Família e prepara a restituição de tributos para família pobres

Interlocutores do Palácio do Planalto negam que o governo tenha corrido para apresentar propostas na área social em reação aos movimentos de políticos da esquerda e do centro. Observam que o primeiro passo do presidente Jair Bolsonaro para o reforço da política social ocorreu antes das ações dos

adversários, quando garantiu o 13.º salário a beneficiários do Bolsa Família - programa do governo Lula que tanto Bolsonaro como o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), querem turbinar.

Além de transformar o 13.º salário numa ação permanente, em sua proposta de reforma tributária, o governo vai lançar o programa de restituição dos tributos da cesta básica aos beneficiários dos programas sociais. A informação foi antecipada ao Estado pelo secretário da Receita Federal, José Tostes. “Não aceitamos que digam que não fizemos nada. Criar o 13.º é um avanço”, disse o ministro da Cidadania, Osmar Terra. Ele não reconhece índices de redução da pobreza nos governos petistas.

Trinca. Associado ao legado petista no setor social, Ricardo Paes de Barros já havia se reunido em outubro com Osmar Terra para avaliar o Bolsa Família. A contribuição informal do economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor do Insper no governo Bolsonaro forma uma trinca familiar no poder. Ele é irmão do presidente da Infraero, brigadeiro Hélio Paes de Barros Júnior, e do **ministro de Minas e Energia, almirante Bento Costa Lima de Albuquerque Júnior**. Bento Albuquerque é filho da segunda mulher do pai dos irmãos Paes de Barros.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 25/11/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: » Acordo...

Coluna do BroadcastAgro

O ECB Group anuncia nesta segunda-feira que a Honeywell fornecerá ao projeto Ômega Green toda tecnologia de produção de diesel renovável e querosene de aviação renovável, além do hidrogênio utilizado no tratamento do óleo para virar biocombustível. A primeira usina de biocombustíveis avançados do Hemisfério Sul, do empresário brasileiro Erasmo Carlos Battistella, será construída a partir de 2020 em Villeta, no Paraguai, e terá investimentos de US\$ 800 milhões.

» ...fechado. Segundo o ECB Group, a tecnologia da Honeywell é aprovada pelas forças armadas dos Estados Unidos e, com isso, o Ômega Green se candidata a fornecer biocombustíveis aos aviões militares daquele país. Outro fator é que o processo da companhia reduzirá “drasticamente” o consumo de eletricidade da futura usina.

COLABOROU ISADORA DUARTE

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 25/11/2019****Seção: Especial****Autor: Daniel Carvalho e Danielle Brant****Título: A um mês do recesso, Congresso cria duas CPIs sobre desastres ambientais**

Senadores que propuseram os inquéritos querem começar os trabalhos apenas em 2020

Diante da lentidão de resposta do governo a desastres ambientais, Câmara e Senado decidiram criar, perto do recesso parlamentar, CPIs (comissões parlamentares de inquérito) para investigar dois dos episódios mais recentes com repercussão internacional: as queimadas na Amazônia e o vazamento de óleo no litoral brasileiro.

As CPIs são criadas pelo Congresso com poder de investigação por um prazo que pode chegar a 180 dias. Nesse período, é possível ouvir indiciados, questionar testemunhas e pedir informações e documentos de órgãos públicos. No fim, as comissões podem fazer sugestões de indiciamento ao Ministério Público e encaminhar propostas de lei.

Para serem criadas, as comissões precisam das assinaturas de pelo menos um terço dos parlamentares de cada Casa (171 deputados ou 27 senadores) ou de ambas, se for uma CPI mista. Por isso, acabam sendo uma forma de o Congresso passar um recado para o governo. O esforço do presidente da Câmara e do Senado para criar as comissões também serve de termômetro do relacionamento entre Legislativo e Executivo.

Na Câmara, por exemplo, o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) passou a CPI para investigar as origens do óleo no litoral do Nordeste à frente de outros quatro requerimentos que aguardam seu despacho — dois de CPIs para apurar preços de passagens aéreas, um sobre os vazamentos de mensagens do ministro Sergio Moro (Justiça) com integrantes do Ministério Público do Paraná e um de pirâmide financeira com criptomoedas.

Antes de aprovar a criação da CPI, em 12 de novembro, Maia teve um embate com o ministro Ricardo Salles. O presidente da Câmara cobrou publicamente uma explicação sobre o vazamento de óleo depois que o titular do Meio Ambiente insinuou que um navio da ONG Greenpeace poderia ter relação com o episódio.

Salles ainda tentou justificar sua declaração, afirmando que a embarcação havia navegado pela costa brasileira “na época do aparecimento do óleo

venezuelano”, mas Maia rebateu e qualificou a resposta de “ilação desnecessária”.

A CPI do óleo, cujo requerimento é de autoria do deputado federal João H. Campos (PSB-PE), terá 34 titulares e 120 dias para analisar a atuação dos órgãos do governo e apurar responsabilidades pelo vazamento. O colegiado ainda não foi instalado.

“O objetivo é avaliar se houve omissão do governo, se o governo negligenciou, se demorou para agir, e ela pode levar ao indiciamento do ministro do Meio Ambiente”, diz o deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), que deve fazer parte da CPI e que preside a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara.

Manual elaborado para determinar se o PNC (Plano Nacional de Contingência de Incidentes com Óleo) deve ser acionado mostra que o governo demorou a agir. Se o plano é acionado, um coordenador operacional é designado para acompanhar o vazamento. Essa designação só foi feita em 11 de outubro em ofício interno pelo ministro Ricardo Salles, 43 dias após o aparecimento das manchas.

Para Agostinho, a proximidade com o recesso parlamentar não prejudica o trabalho de investigação da CPI.

“Obviamente não é a melhor época para fazer um negócio como esse, o recesso, mas acho que o que dilui é que o Brasil vive muito de momento. Daqui a pouco o óleo para de chegar nas praias, e as pessoas esquecem disso, assim como pararam de falar de Brumadinho [cidade onde ocorreu rompimento da barragem da mineradora Vale, no início de 2019]”, diz.

No Senado, a 45 dias do fim dos trabalhos do Legislativo, o presidente Davi Alcolumbre (DEM-AP) anunciou a criação de uma CPI para, num prazo de 120 dias e ao custo máximo de R\$ 80 mil, “proceder investigações a respeito das causas da ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019”.

Um dia depois, Alcolumbre fez um novo anúncio de CPI, com o mesmo número de dias, mas a um custo de até R\$ 100 mil, a comissão tinha como objetivo “apurar o desmatamento e o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal”.

“Dei a sugestão para que se criasse uma que era mais ampla, mas os autores de ambas não acolheram meu apelo. Como não acolheram meu apelo, vão trabalhar em duas CPIs que praticamente vão tratar do mesmo assunto”, justificou Alcolumbre à Folha.

O proponente da primeira é o senador Plínio Valério (PSDB-AM). O da segunda, Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Os dois senadores se dizem dispostos a conversar para avaliar se aceitam fazer uma só comissão, recuo que Alcolumbre diz contar com seu apoio.

De todo jeito, eles concordam com a ideia de pedir ao presidente do Senado para que as CPIs só sejam instaladas —passo necessário para que comecem a atuar— em 2020, já que o Congresso funciona somente até 22 de dezembro. No Senado, no período de recesso, o prazo das CPIs ficará congelado e só será retomado em 2 de fevereiro, quando os parlamentares voltarem ao trabalho em Brasília. Na Câmara, a comissão pode atuar durante o recesso parlamentar.

“Estou me movimentando para que não seja instalada agora. Dezembro é perdido, mesmo antes do recesso. Vai perder um mês de trabalho? Falei com Davi [Alcolumbre] que não tinha interesse de instalar agora. Vou falar com os líderes”, disse Plínio Valério.

VEÍCULO: O Globo

Data: 25/11/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Carvão em Moçambique

Tem empresa chinesa interessada em se associar com a Vale na exploração do carvão em Moçambique.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 25/11/2019

Seção: Opinião

Autor: João Guilherme Sabino Ometto

Título: Sustentabilidade do etanol

Apesar das recentes polêmicas sobre a Amazônia e posições de nosso governo quanto a temas ambientais, o Brasil terá muito o que mostrar na Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP 25), de 2 a 13 de dezembro, em Madri. Coincidentemente, os biocombustíveis, protagonistas de nossas principais conquistas na luta contra o aquecimento da Terra, são objeto de duas comemorações importantes: a criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), em 14 de novembro de 1975, há 44 anos; e o 40º aniversário (19 de setembro) da assinatura do protocolo que viabilizou a produção dos carros movidos a etanol, firmado entre a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e o Ministério da Indústria e Comércio. O Proálcool, criado para que nosso país fizesse frente à crise internacional do

petróleo nos anos de 1970, tornou-se um dos principais responsáveis por nossa capacidade de atender os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na área ambiental. O esforço conjunto do setor sucroalcooleiro, organismos governamentais, instituições de pesquisa e indústria automotiva permitiu que o Brasil produzisse em escala um combustível mais limpo e renovável, aliado à tecnologia dos carros flex, apresentando solução concreta no combate às mudanças climáticas. Nesse sentido, é gratificante lembrar o esforço que fizemos envolvendo muitas pessoas com visão de futuro, para viabilizar uma tecnologia revolucionária nos setores industrial e energético: nos anos de 1970, quando presidi a Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (Stab), formamos uma comissão, com outros dirigentes setoriais, para visitar centros de pesquisa empenhados no desenvolvimento do carro a álcool. Não havia no país capacitação para a produção de motores, fabricados no exterior, sendo apenas montados aqui. Por isso, foi necessário gerar know how próprio. Estavam engajados no processo o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos, já avançadíssimo à época, e a Escola da USP, câmpus de São Carlos, onde eu havia me formado. Nas fábricas da Volkswagen, GM e Willys-Ford, um contingente de engenheiros, com equipamentos de última geração, estava igualmente mobilizado. Nasceram, assim, os veículos a álcool brasileiros. A criatividade nacional também era demonstrada nas adaptações feitas pelos mecânicos nas retíficas. Os caminhões das usinas do Nordeste e São Paulo tinham os motores convertidos. Aliás, a capacidade de nossa gente de encontrar soluções já havia sido demonstrada na Segunda Guerra, quando faltou combustível. Lembro que meu pai tinha um carro a gasogênio, mas que subia a Serra do Mar utilizando álcool. O Proálcool foi um decisivo passo para o desenvolvimento da engenharia de motores no Brasil. É graças a todo esse esforço que, na COP 25, poderemos demonstrar o quanto estamos avançados em algumas metas para 2030 do Acordo de Paris: do aumento previsto de 18% da participação de biocombustíveis (Renovabio), realizamos 17,4% e já superamos em 0,3 ponto percentual o compromisso de 45% dos renováveis na matriz energética nacional, que se tornou a mais limpa e diversificada do mundo. Estudos do Brasil e do Exterior não deixam dúvidas de que o etanol reduz a emissão de dióxido de carbono em relação à gasolina. Quando produzido a partir da cana-de-açúcar, como no país, o resultado é ainda maior, pois os canaviais sequestram carbono na atmosfera em volume mais elevado do que o emitido na queima do combustível. A utilização do álcool nos veículos apresenta outra vantagem a ser lembrada: a adição à gasolina, considerando sua capacidade de aumentar a octanagem, permitiu extinguir, nos anos 1990, o poluente chumbo tetraetila como aditivo do combustível brasileiro. Ao lembrarmos toda essa trajetória, devemos comemorar o fato de o Brasil ter quebrado o recorde de produção, consumo e venda de etanol na safra 2018/2019. Tal resultado mostra que nossa matriz energética pode ser cada vez mais limpa e renovável, alimentada por um combustível sustentável cuja

produção gera emprego, renda e investimentos, contribuindo, ainda, para que o Brasil cumpra seus compromissos com o planeta.

MME / ASCOM .